

O espaço urbano, da aporofobia às fissuras

Tarcisio Gontijo Cunha

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo; Professor na Universidade Federal de Minas Gerais e no Centro Universitário UNA.
tarcgontijo@gmail.com

Denise Morado Nascimento

Pós Doutora em Geografia; Professora Associada da Escola de Arquitetura da UFMG; coordenadora do grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG; pesquisadora do CNPq.
dmorado@gmail.com

Eixo temático: O projeto na produção da cidade sul-americana contemporânea

Introdução

A partir da constatação de que o atual momento mundial se caracteriza como um *interregno*¹, o presente artigo traz um breve contexto da lógica neoliberal nas quais as principais cidades contemporâneas encontram-se inseridas. Sendo um modelo no qual o poder econômico se associa (ao mesmo tempo em que se sobrepõe) ao poder político - em desfavor do social - ele depende tanto da diferença de classes quanto do consumo contínuo para sua manutenção, em uma lógica onde o Estado apenas deve atuar se for para garantir sua reprodução. Ao mesmo tempo, esse modelo trabalha constantemente na retomada da coesão social através de ações de choque e de cooptação, nas quais a proliferação dos dispositivos de exclusão nas cidades - sua normalização e naturalização pela sociedade - é uma principal aliada.

No entanto, a sociedade, cada vez mais percebendo que não é atendida em suas necessidades básicas e não é representada perante as principais decisões que são tomadas nessa associação entre Estado e capital, tem manifestado recusas/revoltas, das quais novas formas de se pensar a cidade têm conduzido pessoas a outros-fazerem que não dependam da produção do capitalismo. Dessa forma, o

¹ Referência às anotações do filósofo italiano Antonio Gramsci que, durante o período em que esteve preso, escreveu: “a crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; nesse *interregno*, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem” (GRAMSCI, 1971 *apud* BAUMAN, 2012 – tradução nossa).

presente artigo também propõe - enquanto um contraponto - um debate em torno de fissuras urbanas, a fim de, ao se buscar ressonâncias entre elas, tornar visíveis linhas de continuidade entre as ações com potencial de ruptura.

A lógica neoliberal

Segundo Bauman (2012), estamos vivendo um momento de interregno, um intervalo, uma ruptura na continuidade de um processo, aquele “espaço ‘entre o que não é mais e aquilo que não é ainda” (BAUMAN, 2016, *on-line*). A antiga ordem, fundada no triplo princípio do território-estado-nação, está morrendo e “o casamento supostamente inquebrável de poder e política está [...] terminando em separação, com uma perspectiva de divórcio” (BAUMAN, 2012, p.49 – tradução nossa). Para ele, isso se dá porque aquele Estado, que tinha como tarefa reduzir os desconfortos da vida, abandonou - ou tem atendido com baixo nível de qualidade - essa tarefa, reduzindo sua atuação à flexibilização das legislações e à criação de instrumentos que acabam potencializando a reprodução do capital.

Há uma crise de territorialidade do Estado a partir do momento em que ele não conseguiu mais cumprir suas promessas frente aos seus residentes - por não ter mais poderes para isso. Esses desconfortos, então, “se multiplicaram e se intensificaram pelos tormentos da incerteza e da humilhação trazidas pela sensação de inadequação pessoal” (BAUMAN, 2016, *on-line*), fazendo com que as instituições políticas se vissem “forçadas a limitar suas ambições de forma severa e a ‘se afastar’, ‘terceirizar’ ou ‘contratar’ um crescente número de funções (tradicionalmente confiadas à governança dos Estados nacionais) a agências não-políticas” (BAUMAN, 2012, p.52 – tradução nossa).

O poder agora, e mais do que nunca, está associado aos grandes grupos detentores do capital, em uma soberania “desancorada e livre-flutuante” (BAUMAN, 2012, p.50 - tradução nossa), onde multinacionais, grandes indústrias e companhias de comércio controlam tanto a produção quanto o comércio mundial (respectivamente 1/3 e 2/3 do total) - evidenciando que o poder de decisão está nas mãos de grandes grupos econômicos, em um nível cada vez mais global (em contraposição à política que se mantém local). Para Bauman (2012 p.52, *on-line* - tradução nossa), há saída deste estado de interregno na (re)união entre poder e política por meio da “globalização da representação política, legislação e jurisdição”.

Nesse momento, como afirma Carlos (2015), a sociedade é dominada pelo poder econômico, o qual extrapola as fronteiras territoriais das nações e “tende a organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.17), em um processo conhecido como *neoliberalização*². Com a riqueza social concentrada nas mãos de uma classe detentora do poder, sua reprodução se dá por meio de uma “aliança entre os planos político e econômico contra o social” (CARLOS, 2015, p.43).

No entanto, para Holloway (2013a), parte desse momento de domínio do poder econômico se configura como uma extensão natural da construção histórica do trabalho abstrato³ que se deu, nos primórdios do capitalismo, com base na consolidação de algumas características da sociedade que o favoreceram, como:

(1) *o fortalecimento do pensamento identitário e do processo de personificação*: os quais criaram as máscaras de caráter e deram às pessoas papéis específicos (rótulos) a serem desempenhados – o trabalhador, o capitalista, o professor, o estudante, etc.;

(2) *a dimorfização da sexualidade*: reforçando a ideia de que havia apenas dois sexos (à mulher cabia a procriação; ao homem, o trabalho) e promovendo uma forte misoginia;

(3) *a criação da figura do cidadão, da política e do Estado*: resultando na “transformação de nosso ser-capaz-de-fazer em um poder-sobre nós” (HOLLOWAY, 2013a, p.130);

(4) *a homogeneização do tempo*: trazendo a disciplina do trabalho;

(5) *a criação da totalidade*: traduzida na coesão social e expressa, principalmente, na ideia do Partido e do planejamento centralizador.

Com isso, desde então, o mundo se move atualmente na possibilidade das relações sociais se reproduzirem segundo a lógica do capital; isso se dá porque, segundo Monbiot (2016), um aspecto

² Em contraposição ao neoliberalismo enquanto *ideologia* (conceito surgido na década de 1980) e que se fazia presente “como um instrumento da política econômica do Estado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.14), até o momento em que o intervencionismo estatal - visto como negativo - foi dando lugar ao estímulo de atividades sem entraves ao capital.

³ Conceito trazido por Karl Marx, em O Capital, para explicar, dentro do “duplo caráter do trabalho”, aquele que produz apenas valor (de troca). Seu contraponto é o conceito de trabalho útil (ou concreto) – aquele que produz valor de uso -, sobre o qual Holloway (2013a) construirá o argumento do *fazer concreto*.

peculiar no processo de neoliberalização é o seu *anonimato*. Ou seja, a sociedade vive dentro da lógica neoliberal sem ter ciência dela - e isso é considerado “sintoma e causa de seu poder” (MONBIOT, 2016, *on-line* - tradução nossa). Além disso, as relações humanas passam a ser definidas a partir da competição, onde cidadãos são tratados como consumidores, as escolhas são reduzidas ao exercício do comprar-e-vender e o mercado emerge como um “sistema natural, que atua em nós igualmente, como a gravidade ou a pressão atmosférica” (MONBIOT, 2016, *on-line* - tradução nossa). Os defensores do neoliberalismo afirmam que o mercado permite que todos tenham o que mereçam, quando, na verdade, vê-se que os méritos são sempre premiados e as ineficiências sempre punidas. Isso leva Monbiot (2016) a afirmar que

“nós internalizamos e reproduzimos suas crenças [neoliberais]. Os ricos se convencem de que adquiriram sua riqueza através do mérito, ignorando as vantagens - como educação, herança e classe social - que podem ter ajudado a conquistá-la. Os pobres começam a se culpar por suas falhas, mesmo quando podem fazer pouco para mudar sua situação”. (MONBIOT, 2016, *on-line* – tradução nossa)

Para garantir a manutenção da estrutura político-econômico-social que lhe dá suporte, o neoliberalismo conta com duas estratégias principais: o choque e a cooptação. Sobre o primeiro, Klein (2007) informa que

“a doutrina do choque é uma filosofia que sustenta que o melhor caminho, o melhor momento para impulsionar ideias radicais de livre mercado é em consequência a um grande choque. [...] Essas crises, esses desastres, esses choques abrandam sociedades inteiras, as desconcertam, as desorientam. [...] E naquela janela [que se abre], você pode promover o que os economistas chamam de ‘terapia de choque econômico’”. (KLEIN, 2007, *on-line* – tradução nossa)

Monbiot (2016) observa que a ideologia neoliberal vai se tornando cada vez mais extrema à proporção do fracasso, uma vez que “os governos usam as crises neoliberais como desculpa e oportunidade para cortar impostos, privatizar os serviços públicos remanescentes, romper a rede de segurança social, desregular corporações e regular os cidadãos” (MONBIOT, 2016, *on-line* – tradução nossa).

A Figura 01 traz uma charge feita em 2014 para criticar as ações de Tony Abbott (Primeiro Ministro da Austrália entre 2013 e 2015), pertencente ao Partido Liberal. Nela estão representadas ações de choque promovidas de forma gradual e silenciosa por políticas neoliberais que fazem do desespero pela sobrevivência pessoal o meio ideal para a sobrevivência do sistema.



Figura 01: “Pessoas desesperadas tornam-se trabalhadores ideais e cidadãos distraídos”. **Fonte:** COSTA A COMICS, 2014.

A cooptação, no entanto, é mais sutil e pode fazer com que ações que possam romper com a estrutura de suporte ao neoliberalismo sucumbam à associação Estado e capital e, mesmo, acabem por fortalecer o aparato neoliberal. Alguns exemplos podem ser encontrados:

(a) na gourmetização da alimentação: para Palmieri Júnior (2017) é uma das estratégias encontradas pelo mercado para absorver nichos de consumo nascidos de movimentos críticos ao modo industrializado de produção da alimentação, através da oferta de alimentos orgânicos e sustentáveis com custo superior à média;

(b) no *marketing* da diversidade: incorporando as lutas de minorias (mulheres, negros, homossexuais, portadores de necessidades especiais, etc.) por maior representatividade através da oferta de itens de consumo nos quais elas se identifiquem (vide campanhas publicitárias recentes de marcas clássicas

como Boticário⁴ e Johnson's⁵);

(c) na cultura *hipster*: que incorporou, ao longo dos anos, a contracultura dos anos 1960 - marcada pela radicalização e pelo questionamento - e a converteu, já na década de 1990 (plenamente neoliberal), em uma cultura juvenil como nicho de mercado, conforme Mallo (2015). Enquanto uma cultura individualista, ela se apoia na diferença, na exclusividade.

Na Figura 02, tem-se o caso da monetização do caixote de pinus. Presente nas feiras de hortifruti brasileiras - e usualmente descartado -, esse subproduto adquire ressignificação pela sua vinculação a causas sociais. No *site* da loja de venda de móveis e decoração, a página do produto o descreve: “com design que mescla o rústico ao elegante, o caixote Feira é produzido em madeira reaproveitada de pallets por artesãos da Cooperativa Unindo Forças. Inspirado nas caixas usadas em feiras e mercados para guardar frutas e verduras, este item pode virar destaque no ambiente.” (TOK&STOK, 2019, *online*).

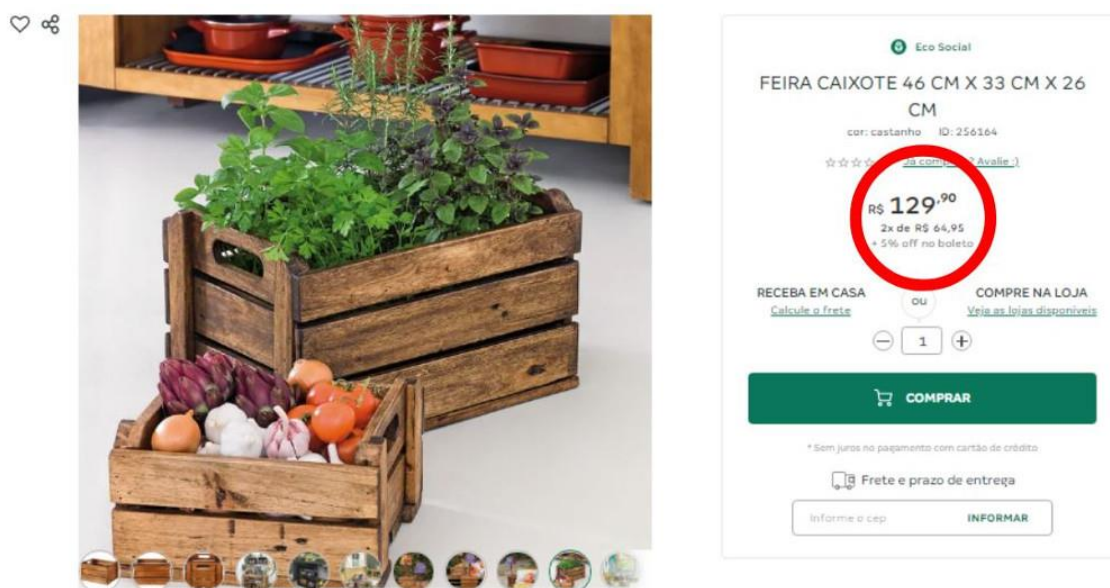


Figura 02: Monetização do caixote de feira em uma loja virtual. **Fonte:** TOK&STOK, 2019

⁴ Na pesquisa Oldiversity 2018 (do grupo Cromo Solutions - empresa de consultoria e pesquisa para inovação em negócios), O Boticário foi eleito a marca mais lembrada pelo tema “diversidade na propaganda”. Contudo, 72% dos entrevistados ainda não acreditam na sinceridade das marcas ao abordarem o tema (PROPMARK, 2018).

⁵ Em 2017, a Johnson's Brasil lançou uma campanha de Dia das Mães tendo como protagonista um bebê com Síndrome de Down. A iniciativa gerou ampla visualização em redes sociais e canais da marca (G1 ECONOMIA, 2017).

O espaço urbano neoliberal - segurança, liberdade e aporofobia

No contexto da cidade contemporânea, essa discussão afeta diretamente a noção de comunidade - aquele “tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance - mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p.9). Na vida em comunidade, dois aspectos coexistem em permanente tensão - a segurança e a liberdade - uma vez que, “a promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança” (BAUMAN, 2003, p.24); ou seja, não se tem ambos, na quantidade desejada, ao mesmo tempo. De fato, com o discurso do medo e da violência, “a segurança pessoal tornou-se um dos principais pontos de venda, talvez o principal, em toda espécie de estratégias de marketing” (BAUMAN, 2007, p.93), a exemplo de dispositivos como: circuitos de câmeras de vigilância, veículos blindados, cursos de defesa pessoal, entre outros.

Esse discurso vai ao encontro, de certa forma, a uma ação de choque neoliberal adotada com grande eficiência sobre a sociedade. Pelo menos no Brasil, isso se reflete diretamente no espaço urbano através do progressivo esvaziamento da rua - enquanto espaço público do convívio, da permanência e do confronto -, em detrimento de encontros cada vez mais transferidos para espaços fechados (e controlados) e, principalmente, para o espaço virtual, cujo enfrentamento é cada vez mais submetido ao jogo manipulador das ferramentas de controle de massa. O ponto mais nitidamente trabalhado nesse processo é a desarticulação das lutas - pelo fortalecimento do partidarismo e dos rótulos sociais - e, conseqüentemente, a colocação em lados opostos de setores que possuem os mesmos anseios e críticas. Essa é uma estratégia neoliberal necessária para a manutenção da coesão social.

Nesse sentido, é importante destacar a proliferação, nas grandes cidades, de dispositivos (FIGURA 03) que sutilmente têm alterado a paisagem de forma a trazer uma sensação de segurança e proteção: grades metálicas e painéis de vidro (fechando afastamentos frontais, antes abertos), concertinas e cercas elétricas (delimitando fronteiras aéreas), além de fincos, pedras, divisórias e, mesmo, holofotes e aspersores de água (dificultando a permanência em áreas propícias para tal). Para além do discurso da segurança, esses dispositivos trazem também componentes que denotam a presença de um comportamento xenofóbico (aqui entendido como uma aversão ao “estranho”, a quem não faz parte do grupo - seja por distinção de raça, idade, orientação/identidade sexual, entre outros) e,

especificamente, de um comportamento *aporofóbico*⁶ (uma aversão específica à pobreza), no seio social.



Figura 03: Dispositivos de segurança e proteção em Belo Horizonte: (a) grades, (b) pedras, (c) fincos. **Crédito:** Autores.

Para Orts (2017), as pessoas em situação de pobreza (assim como outras minorias) são naturalmente propensas a serem vítimas tanto de *delitos* de ódio quanto de *discursos* de ódio. Na primeira situação se enquadram aqueles comportamentos que se configuram como infrações penais e administrativas (tais como agressões físicas); enquanto na segunda situação tem-se “qualquer forma de expressão cuja finalidade consista em propagar, incitar, promover ou justificar o ódio sobre determinados grupos sociais, a partir de uma posição de intolerância” (ORTS, 2017, p.23 - tradução nossa). Em geral, tanto os delitos quanto os discursos de ódio, mesmo quando dirigidos a uma pessoa específica, pretendem atingir o coletivo, o grupo a que essa pessoa pertence.

Orts (2017) demonstra que o comportamento xenofóbico guarda raízes no cérebro humano desde os primeiros grupamentos, como forma de proteção e sobrevivência coletiva. No entanto o pobre, principalmente nos dias atuais, “é aquele que fica de fora da possibilidade de devolver algo em um mundo baseado no jogo do dar e receber” (ORTS, 2017, p.66); logo, aquele que não contribuiria com o grupo social ao qual pertence. Para Orts (2017), trata-se de uma patologia social mundial, cujo

⁶ Neologismo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina Orts em 1995 e eleito Palavra do Ano 2017 pela Fundación del Español Urgente (Fundéu).

fenômeno deve ser prontamente identificado, entendido como ocorre e, por fim, ser desativado, dado o seu grau de corrosão social.

Em busca de fissuras no espaço urbano

Ao mesmo tempo, alguns autores têm se ocupado em estudar indícios que a sociedade tem dado no sentido de buscar uma ruptura com esta lógica neoliberal e seus efeitos, através do registro de iniciativas (conduzidas por indivíduos e grupos) que refletem uma inadequação ao mundo tal como se encontra colocado. Carlsson (2014) nomeia *nowtópicos* aos indivíduos e grupos que “se mobilizam trabalhando nos fluxos de resíduos e nos espaços abertos do capitalismo tardio, imaginando novas práticas enquanto redefinem o propósito da vida” (CARLSSON, 2014, p.20). Já Holloway (2013a) analisa que algumas destas iniciativas podem se converter em fissuras dentro do próprio sistema capitalista quando, por uma escolha ou por uma “expulsão forçada das relações capitalistas” (HOLLOWAY, 2013a, p.25), as pessoas passam a desenvolver suas vidas de modo a não depender dos políticos e dos capitalistas. Para ele, as fissuras começam com um não, com uma recusa em se criar o capitalismo e essa negação deve conduzir a um outro-fazer pois, do contrário, “o não mais servir [...] pode facilmente ser convertido em uma negociação sobre os termos da servidão” (HOLLOWAY, 2013a, p.19).

Deve-se entender a fissura como “uma insubordinação aqui-e-agora, não um projeto para o futuro” (HOLLOWAY, 2013a, p.28) ou, mais ainda, “não um passo no caminho para a Revolução, mas uma abertura” (HOLLOWAY, 2013a, p.38).

As fissuras surgidas podem tanto mover-se de forma imprevisível quanto cristalizar-se, na interrupção de uma luta. Esta cristalização reflete o fato de que

“existe uma pressão universal vinda da coesão social das relações capitalistas, ou seja, uma totalidade de relações que ‘nos sugam’, nos sufocam e nos fazem retornar ao sistema, porque é de lá que tiramos o nosso comer, vestir etc., as nossas necessidades. Tendo como limite principal a ‘síntese social capitalista’, somos levados por ela de volta ao sistema de diferentes maneiras ou por meio de diversos obstáculos, ao passo que as fissuras se chocam com eles”. (MEDEIROS SILVA, 2013, p.4)

Nesse momento, interessa à presente discussão a transposição do viés *econômico* de “fissura” para o viés do *uso* do espaço público, a partir da exposição de alguns fatos ocorridos em Belo Horizonte. O

ano de 2008 marcou, para essa cidade, o final de um ciclo de governo progressista que, desde 1993,⁷ trouxe importantes transformações na estrutura urbana municipal, em especial na integração das políticas públicas de intervenção no espaço urbano⁸ (CALDAS; MENDONÇA; CARMO, 2008). A partir da instituição do Programa Centro Vivo (2004) - o qual visava a reabilitação da área central de Belo Horizonte por meio do resgate de seu potencial socioeconômico, simbólico, ambiental e habitacional - ruas e praças passaram por processos de requalificação urbana. No entanto, ainda que tenha havido um trabalho de recuperação mais intenso do que nos anos seguintes, a discussão não avançou no sentido de se envolver os usuários na construção coletiva dessas melhorias, prevalecendo a tradicional lógica de elaboração, implantação dos projetos, seguida da gestão desses espaços.

Talvez por esse não envolvimento que, também em 2008, um fato incomum (FIGURA 04) foi notícia na imprensa local: após a reinauguração da Praça Raul Soares - reformada com recursos do primeiro Orçamento Participativo Digital - uma mulher trajando maiô passou a tomar frequentes banhos de sol próxima à fonte e junto ao gramado da praça. Segundo a reportagem de Oliveira (2008), a atitude da mulher não agradou algumas pessoas e Polícia Militar e Guarda Municipal foram acionadas, sem maior repercussão. No entanto, no dia seguinte, ela foi novamente abordada pela Guarda Municipal e, informada da Lei Federal 9.605/98 (crimes ambientais), em especial o Art. 49, que pune com prisão ou multa quem causar prejuízos ou danos em planta ornamental de logradouro público - no caso dela, o gramado, onde tomava sol. Nas palavras do major que acompanhou a ação: "Se permitirmos, daqui a pouco teremos dezenas de pessoas na grama e a vegetação será danificada. Aqui é jardim e não foi adequado para isso. Há áreas específicas, como os parques Municipal e das Mangabeiras" (OLIVEIRA, 2008, *on-line*). A reportagem termina salientando que o uso de trajes de banho em local público não é considerado um atentado ao pudor. No entanto, após a mulher repetir essa ação em outros dias e ter uma sequência de desentendimentos com a Polícia e a Guarda Municipal, foi conduzida à delegacia por desacato e por ter pisado a grama, sendo liberada após acordo de prestação de serviços voluntários (COTIDIANO, 2008).

⁷ Prefeitos desse período: Patrus Ananias (Partido dos Trabalhadores - PT): 1993/1996; Célio de Castro (Partido Socialista Brasileiro - PSB): 1997/2000 e 2001; Fernando Damata Pimentel (Partido dos Trabalhadores - PT): 2001/2004 e 2005/2008.

⁸ O documento cita como exemplos: Plano Municipal de Drenagem (PDDU), Plano Municipal de Saneamento PMS), Planos Globais Específicos (PGEs), Programa de Estruturação Viária de Belo Horizonte (VIURBS), entre outros.



Figura 04: Banho de sol na Praça Raul Soares, em Belo Horizonte. **Fonte:** OLIVEIRA, 2008.

A partir da posse do novo prefeito⁹ em 2009, Belo Horizonte passa a ser gerida com um viés nitidamente mais alinhado com a lógica neoliberal. Marca o primeiro ano do novo governo a construção do Programa BH Metas e Resultados, “objetivando uma maior eficácia nas ações, políticas urbanas e sociais e em todos os serviços públicos prestados pela Prefeitura” (BELO HORIZONTE, 2009, p.3), o qual trouxe uma metodologia de monitoramento e gerenciamento de 40 projetos sustentadores. Um desses projetos foi o Movimento Respeito por BH, que tinha como objetivo geral “garantir o ordenamento e a correta utilização do espaço urbano, através do cumprimento e efetiva aplicação da legislação vigente, buscando despertar a civilidade do cidadão belo-horizontino” (BELO HORIZONTE, 2009, p.72). Uma das primeiras ações desse projeto foi a publicação de um decreto que limitou a utilização da Praça da Estação para eventos. O fato provocou a reação de um grupo às restrições de uso impostas e resultou no evento Praia da Estação, importante foco de resistência às ações do prefeito. No entanto, junto a esse, outros novos eventos/movimentos (como Duelo de MCs, Fica Ficus, BH em Ciclo, etc.) inauguraram um novo momento de resistência ao processo de neoliberalização em Belo Horizonte com reverberações em ações de grande público (como o Carnaval e outras manifestações por democracia) e, mesmo, na forma de utilização do espaço público, conforme apontam Rena, Berquó e Alves (2015).

Em 2012, dentro desse contexto, outro fato mereceu notícia da imprensa local. A Praça Floriano Peixoto, reformada em 2010, contou com recursos financeiros da rede de planos de saúde UNIMED - uma contrapartida determinada pelo Poder Público durante o licenciamento do hospital dessa rede,

⁹ Márcio Araújo de Lacerda (Partido Socialista Brasileiro - PSB), eleito a partir de uma aliança entre os então governador de Minas Gerais (Aécio Neves da Cunha, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) e prefeito de Belo Horizonte (Fernando Damata Pimentel, do Partido dos Trabalhadores - PT).

construído em frente à praça. Considerando que a realização de eventos na praça demandava a proteção dos jardins, segundo reportagem de Gomes (2012), na preparação de um desses eventos, o representante da UNIMED exigiu da promotora do evento o cercamento dos gramados (ainda que a Prefeitura tivesse determinado apenas o fechamento dos jardins). Durante o evento, um estudante de Arquitetura e Urbanismo abriu o cercamento de proteção e sentou-se no gramado. Após a abordagem de fiscais da Prefeitura, seguidos da Polícia e da Guarda Municipal, o estudante, mesmo questionando a autorização para fechamento do gramado (inexistente), foi preso - e liberado em seguida. No entanto, essa ação já foi capaz de gerar um ato de repúdio na praça nos dias seguintes, o qual resultou, posteriormente, em pedido de desculpas ao estudante pela Prefeitura e pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, pelos excessos cometidos.

Pouco tempo depois, em 2015, uma notícia local relata o inusitado caso de três jovens da cidade de Ibirité que, a fim de se refrescarem do calor, nadaram na fonte da Praça da Liberdade (FIGURA 05). Os jovens não sofreram nenhuma advertência; pelo contrário, a Prefeitura informou que a água era potável e sem restrições de uso, orientando apenas “que o patrimônio seja preservado e que não ocorram depredações” (G1 Minas Gerais, 2015, *on-line*).



Figura 05: Nado na fonte da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte. **Fonte:** G1 Minas Gerais, 2015.

Os três casos citados, à sua maneira, mostram diferentes abordagens do Estado frente à utilização daquelas praças de um modo espontâneo e - pelo menos no caso do banho de sol e do nado na fonte - não-convencional para o contexto de Belo Horizonte. Os atos pareciam refletir recusas à reprodução da cidade segundo a lógica do capital: tomar sol, sentar-se à sombra e nadar, em um momento onde a mão invisível do mercado regula corpos e condutas. Essas recusas são importantes uma vez que:

“o espaço é ‘público’ na medida em que os homens e mulheres com entrada permitida e dispostos a entrar não sejam pré-selecionados. Não se exigem passes nem há registro de quem entra e de quem sai. Portanto, a presença no espaço público é anônima, e, assim sendo, inevitavelmente, os que nele aparecem tendem a ser mutuamente estranhos. [...] Os espaços públicos são locais em que os estranhos se encontram.” (BAUMAN, 2007, p.102)

O enfrentamento que decorre entre o uso espontâneo e o controle policial ainda é um problema a ser discutido, sem possibilidades imediatas de resolução. O conflito se dá pelo fato de aqueles usuários de espaço público tidos como “transgressores das regras” serem tomados como inimigos da lei e da ordem, enquanto a polícia é tomada quase sempre como repressora e inimiga da liberdade de expressão. No entanto, na visão de Mouffe (2000),

“o objetivo da política democrática é construir os ‘eles’ de tal forma que não seja mais percebido como um inimigo a ser destruído, mas como um ‘adversário’, isto é, alguém cujas ideias combatemos, mas cujo direito de defendê-las não colocamos em questão.” (MOUFFE, 2000, p.102 - tradução nossa)

Essa possibilidade, porém, fica ainda mais comprometida considerando o contexto neoliberal em que estamos inseridos. No entanto, Harvey (2013) coloca que falar de liberdade na cidade é considerar tanto o direito de acessá-la, quanto de mudá-la - o direito à mudança é inerente às práticas diárias. O direito à cidade

“não é apenas um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas sim um direito ativo de fazer a cidade diferente, de formá-la mais de acordo com nossas necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano. Se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito.” (HARVEY, 2013, p. 57)

Assim, a lógica da dominação do capital deve ser rompida a partir do crescimento de um senso de responsabilidade pessoal, mesmo que os resultados pareçam contraditórios - uma vez que “as fissuras são sempre perguntas, não respostas” (HOLLOWAY, 2013a, p.22). Nesse sentido, as pequenas (porém permanentes) revoltas são tão importantes quanto as grandes manifestações e o momento é sempre o agora:

“Antes se falava da paciência revolucionária como uma virtude: tinha que ir construindo o movimento, preparando-se para o grande dia, no futuro, o grande dia que nunca chegou, ou se chegou não foi o que pensávamos que seria. Agora, está claro que não podemos esperar, temos de quebrar o sistema atual, aqui e agora, onde podemos. Temos de quebrar

os relógios, rejeitar a homogeneidade, a continuidade e disciplina que eles incorporam”. (HOLLOWAY, 2013b, *on-line*)

Pelas ruas, inúmeras são as situações onde a cidade vai sendo refeita de forma espontânea e anônima por aqueles que a compõem. Na Figura 06 tem-se o registro da negação de caminhos pré-determinados pelo paisagismo em detrimento de outros mais alinhados ao percurso intuitivo.



Figura 06: Em Belo Horizonte, caminhos refeitos sobre paisagismo que ignora rotas intuitivas. **Crédito:** Autores.

Assim, para Holloway (2013a, p.163), “a determinação da forma, portanto, nunca é total: sempre contém uma luta. A determinação de nossas atividades pelas formas das relações sociais capitalistas não é dada, mas uma batalha constante. A rebelião é sempre uma opção, em qualquer situação”. Nos registros da Figura 07, cotidianamente perceptíveis, outros usos espontâneos do espaço urbano, nos quais se vislumbram sentimentos de inadequação às formas colocadas.



Figura 07: Usos espontâneos em Belo Horizonte: (a) gari descansando depois do almoço sob papelões deixados sob árvore, (b) jovem sentado em saliência da base da edificação enquanto toma cerveja e usa o celular, (c) mulher sentada sobre pedra ornamental de jardineira (posterior à cerca de proteção) enquanto usa o celular. **Crédito:** Autores.

Assim, entendendo que o momento de interregno favorece tanto o processo de neoliberalização - no anseio pela retomada da coesão social (através do choque e da cooptação) -, quanto a proliferação de movimentos de resistência ao regime capitalista, faz-se necessária a ampliação do debate em torno das fissuras, no sentido de se buscar *ressonâncias* entre elas. De fato, esse tem sido ponto comum em debates sobre as formas de rompimento com a lógica neoliberal:

“O mundo está cheio de fissuras, cheio de revoltas. Todas são contraditórias, todas têm seus problemas, mas a única maneira que eu penso a revolução, hoje, é em termos da criação, expansão, multiplicação e confluência dessas fissuras, desses espaços” (HOLLOWAY, 2013b, *on-line*, grifo nosso).

“A descentralização do poder que o neoliberalismo demanda abriu espaços de toda a sorte para que florescessem uma variedade de iniciativas locais, de maneira que são muito mais consistentes com uma imagem de socialismo descentralizado ou de um socialismo anarquista do que de um planejamento e controle centralizados e estritos. As inovações já existem lá fora. O problema é como reuni-las de maneira a construir uma alternativa viável ao neoliberalismo de mercado.” (HARVEY, 2013, p. 57, grifo nosso)

“No contexto de uma economia de âmbito mundial, que poda sistematicamente a criatividade, a cooperação e a comunidade humanas, é profundamente subversivo preservar e ampliar essas conexões extraeconômicas” (CARLSSON, 2014, p. 17, grifo nosso).

Enquanto não reivindicamos o uso efetivo do espaço público, áreas abertas vão sendo

sistematicamente fechadas e espaços de permanência bloqueados por dispositivos de exclusão. A ressonância de usos espontâneos, se capaz de provocar uma retomada paulatina do uso da rua pelas pessoas, poderia abrir uma fissura que trouxesse novamente o encontro - e com ele a contestação ou a concordância de ações.

Os casos narrados - bem como as estratégias de choque utilizadas pelas estruturas no poder - evidenciam o conflito nunca resolvido sobre a quem (ou em quais condições) é permitido o uso do espaço público. A democracia é exatamente “um projeto de enfrentamento das estruturas de dominação vigentes em determinada sociedade” (MIGUEL, 2014, p. 39), as quais devem ser superadas pelos dominados, uma vez que o que está em disputa são a liberdade e a igualdade, ressitando - e não transcendendo - o antagonismo.

Importante, por fim, destacar que

“[se] o direito à cidade é um grito, uma demanda, então é um grito que é ouvido e uma demanda que tem força apenas na medida em que existe um espaço a partir do qual e dentro do qual esse grito e essa demanda são visíveis. [...] Ao reclamar o espaço em público, ao criar espaços públicos, os próprios grupos sociais tornam-se públicos.” (MITCHELL, 2003 apud HARVEY, 2013, p.58-59)

Assim, faz-se necessário reivindicar o uso do espaço público, opor-se a dispositivos excludentes, contrapor às regras colocadas e, finalmente, ressoar essas vozes rumo a rupturas, de fato, permanentes.

Finalizando...

O atual momento político brasileiro tem favorecido o partidarismo, a individualização das lutas e a polarização de argumentos, permeados por uma espécie de “xenofobia política” onde a aversão é estimulada entre pessoas com espectros políticos distintos por meio da disseminação de táticas de guerra híbrida como *fake news*, *firehosing*¹⁰ e outras. O diálogo, assim, tem ficado profundamente comprometido, em detrimento da estratégia neoliberal de manutenção de um estado de crise, o qual

¹⁰ Do inglês *firehose* (mangueira de incêndio), é a denominação para o envio repetitivo de notícias falsas (*fake news*) com o objetivo de influenciar a opinião das pessoas. (SEARA, 2019)

vem aprofundando a desigualdade social e afetando as condutas dos cidadãos, cada vez mais desnorteados.

Em paralelo, a sensação de insegurança - também causada pela falência do Estado frente ao atendimento de condições constitucionais mínimas (entre outros fatores) - tem ocasionado a proliferação de mecanismos e dispositivos de segurança, entregando a cada cidadão a responsabilidade por manter-se vivo e seguro. Nessa perspectiva, o “estranho” (personificado nas pessoas de comportamento e/ou aparência indesejáveis - sendo o morador de rua aquele que se enquadra nas duas situações) é alguém a ser afastado ou eliminado.

Se é possível construir uma conciliação sociopolítica, ações do Estado deveriam caminhar ao encontro de um outro olhar sobre a cidade, como, por exemplo:

- aprofundar, pela via institucional, a garantia dos direitos sociais a todos os cidadãos, em especial àqueles em maior situação de vulnerabilidade social (nos termos do Art. 6º da Constituição Federal);
- coibir todo e qualquer mecanismo que dificulte (ou inviabilize) o direito à livre locomoção e à reunião pacífica dos cidadãos no espaço público (nos termos da Constituição Federal, Art. 5º, incisos XV e XVI respectivamente);
- estimular ações no sentido de potencializar a conversão de áreas abertas já existentes em novos espaços de permanência (como, por exemplo: jardins frontais de edifícios, recuos de afastamentos frontais de edifícios, áreas resultantes de alargamentos de esquinas e de geração de ilhas de pedestres, entre outros), bem como estruturar outras ações para a manutenção dos espaços públicos que envolvam, de modo efetivo, os usuários;
- discutir, em conjunto com a sociedade, o regulamento do uso do espaço público, atualizando definições sobre proibição/permissão, depredação/conservação, entre outros, em conformidade com os direitos e deveres individuais e coletivos garantidos na Constituição Federal.

No entanto, viver em um período de interregno é entender que as situações estão em aberto. Enquanto o processo de neoliberalização trabalha para garantir a coesão social do sistema capitalista,

é necessário que as (muitas) iniciativas de ruptura com essa lógica sejam estimuladas, nas suas várias escalas. No âmbito da continuidade da pesquisa que origina esse artigo, algumas questões permanecem:

- (a) quais os pontos de permanência da cidade (aqueles institucionalmente projetados e reconhecidos como tal e aqueles designados pelos usuários em função de determinadas características) e a relação dos usuários com os mesmos?
- (b) quais as características ou meios que potencializam a permanência dos usuários em pontos da cidade?
- (c) quais aspectos influenciam ou determinam as formas de utilização da cidade?
- (d) a inserção de dispositivos temporários de permanência estimularia o uso dos espaços públicos na cidade?
- (e) é possível dialogar com o Estado no sentido de promover outras experiências no espaço urbano?

Enfim, potencializar as iniciativas no uso do espaço público urbano pode ser um caminho para outras fissuras, ainda não previstas.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141 p.
- BAUMAN, Zygmunt. Procurando refúgio na Caixa de Pandora. In: **Vida líquida**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007. p. 91-105.
- BAUMAN, Zygmunt. **Times of interregnum**. Ethics & Global Politics, v.5, n.1, 2012, p. 49-56.
- BAUMAN, Zygmunt. **Bauman lança livro e diz**: o desafio do presente é construir o novo. O Globo, Rio de Janeiro, 5 ago. 2016. Entrevista concedida a Leonardo Cazes. Disponível em: <<https://glo.bo/2KHdLSF>> Acesso em jun. 2017.
- BELO HORIZONTE. **Planejamento Estratégico de Belo Horizonte**: a cidade que queremos. 2009. 96p.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <<https://bit.ly/1bJYIGL>> Acesso em ago. 2019.
- CALDAS, Maria Fernandes; MENDONÇA, Jupira Gomes de; CARMO, Lélío Nogueira do. **Estudos Urbanos Belo Horizonte 2008**: transformações recentes na estrutura urbana. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 2008. 513p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHO, Danilo; ALVAREZ,

Isabel Pinto. **A cidade como negócio**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 43-63.

CARLSSON, Chris. **Nowtopia**: iniciativas que estão construindo o futuro hoje. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014. 320p.

COSTA A COMICS. **Desperate people make ideal workers and distracted citizens**. Costa A Comics, Austrália, 02 out. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/30m0epk>> Acesso em jun. 2017.

COTIDIANO. **Designer que tomava sol de biquíni em BH é condenada a prestar serviços comunitários por desacato**. UOL Notícias, São Paulo, 06 ago. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2MrrD5R>> Acesso em jun. 2019

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Introdução à Edição inglesa. In: **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016. p.13-34.

G1 ECONOMIA. **Johnson's Brasil lança campanha com bebê com Síndrome de Down**. G1 Economia, São Paulo, 11 mai. 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2iD3Xdl>> Acesso em ago. 2019.

G1 MINAS GERAIS. **Com calorão em BH, jovens nadam em fonte da Praça da Liberdade**. G1 Minas Gerais, Belo Horizonte, 15 jan. 2015. Disponível em: <<https://glo.bo/2HdoNNm>> Acesso em mar. 2018.

GOMES, Maíra. **Violência e abuso de poder**. Brasil de Fato, São Paulo, 13 nov. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZbFEq1>> Acesso em mar. 2018.

GRAMSCI, Antoni; HOARE, Quintin; NOWELL-SMITH, Geoffrey. **Selections from the prison notebooks of Antonio Gramsci**. London: Lawrence and Wishart, c1971. 483p.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: VAINER, Carlos Bernardo et al.. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. p. 47-61. (e-book)

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013a. 270p.

HOLLOWAY, John. **John Holloway**: Nossa força depende da capacidade de dizermos não. Fórum, Santos, 9 out. 2013b. Entrevista concedida a Adriana Delorenzo. Disponível em: <<https://bit.ly/2KTrUuZ>> Acesso em jun. 2017.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine**: Naomi Klein on the Rise of Disaster Capitalism. Democracy Now, Nova Iorque, 17 set. 2007. Entrevista concedida a Amy Goodman. Disponível em: <<https://bit.ly/2NjaN8X>> Acesso em jun. 2017.

BRASIL.Congresso Nacional. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <<https://bit.ly/1fjA1L5>> Acesso em ago. 2019.

MALLO, Clara. **Cultura hipster, individualismo e nova dominação cultural capitalista**. Esquerda Diário, 02 abr. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/fnCLxn>> Acesso em jun., 2017.

MEDEIROS SILVA, Suana. **HOLLOWAY, John. Fissurar o Capitalismo**. Agrária (São Paulo. Online), n. 19, p. 196-203, dez. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/30iw06w>>. Acesso em jun. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. **Consenso e conflito na teoria democrática**: para além do "agonismo". Lua Nova, São Paulo n. 92, p. 13-43, Aug. 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2MqRXgf>>. Acesso em jun. 2019.

MITCHELL, Don. **The Right to the City**. Minneapolis: Minnesota University Press, 2003. p.12.

MONBIOT, George. **Neoliberalism**: the ideology at the root of all our problems. The Guardian, Londres, 15 abr. 2016. Disponível em: < <https://bit.ly/1WskPhU>> Acesso em jun. 2017.

MOUFFE, Chantal. **The democratic paradox**. Londres: Verso, 2000. 143p.

OLIVEIRA, Júlia. **Mulher põe maiô para se refrescar na Praça Raul Soares**. Portal UAI, Belo Horizonte, 01 ago. 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/r3cc3k>> Acesso em mar. 2018.

ORTS, Adela Cortina. **Aporofobia, el rechazo al pobre**: Un desafío para la democracia. Barcelona: Paidós, 2017. 168p. (e-book)

PALMIERI JÚNIOR, Valter. **O que essa onda gourmet tem a ver com a desigualdade social?** Brasil Debate, 24 set. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2EoDqMB>> Acesso em jun. 2017

PROPMARK. **Saiba quais são as 10 marcas mais lembradas pela diversidade**. PROPMARK, São Paulo, 11 set. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2KKpG2h>> Acesso em ago. 2019.

RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula Bruzzi; ALVES, André Victor et al. **Zona Cultural**: urbanismo neoliberal e as insurgências multitudinárias em Belo Horizonte. III Encontro Brasileiro de Pesquisa em Cultura, Crato, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/33lxf0R>> Acesso em mar. 2018.

SEARA, Geraldo. **Firehosing? O que é isso?!**. Plataforma Anísio Teixeira / Blog da Rede, Salvador, 05 dez. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2HeDdNq>> Acesso em ago. 2019.

TOK&STOK. **Feira Caixote**. Disponível em: <<https://bit.ly/2MnzTUI>> Acesso em ago. 2019.